

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

ISAAC FERREIRA DE ALBUQUERQUE

**VINHETAS DE UMA EXPERIÊNCIA COM A INCLUSÃO NA
UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO EM SAÚDE**

Cuité - PB

2024

ISAAC FERREIRA DE ALBUQUERQUE

**VINHETAS DE UMA EXPERIÊNCIA COM A INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE E A
FORMAÇÃO EM SAÚDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Prof.^a Dra. Gracielle Malheiro dos Santos

Coorientador: Bela. Emanuele Mayara de Souza Bastos

Cuité - PB

2024

A345v Albuquerque, Isaac Ferreira de.
Vinhetas de uma experiência com a inclusão na universidade e a formação em saúde. / Isaac Ferreira de Albuquerque. – Cuité, 2024.
35 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) -
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde,
2024.

"Orientação: Profa. Dra. Gracielle Malheiro dos Santos; Profa. Bela.
Emanuele Mayara de Souza Bastos."

Referências.

1. Educação inclusiva. 2. Extensão universitária. 3. Pessoa com
deficiência - inclusão. 4. Ensino superior – inclusão - pessoas com
deficiência. 5. Centro de Educação e Saúde – CES - inclusão. 6.
Assistência estudantil. 7. Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI. 8.
Universidade – Cuité - pessoas com deficiência. I. Santos, Gracielle
Malheiro dos. II. Bastos, Emanuele Mayara de Souza. III. Título.

1.

CDU 376(043)

**VINHETAS DE UMA EXPERIÊNCIA COM A INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE E A
FORMAÇÃO EM SAÚDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Gracielle Malheiro dos Santos
Universidade Federal de Campina Grande
Orientadora

Profa. Dra. Deborah Dornellas Ramos
Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora

Profa. Emanuele Mayara de Souza Bastos
Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora externa

Cuité - PB

2024

Meu querido e amado avô Antônio Borges de Albuquerque (*In memoriam*).

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por toda força, coragem e determinação durante toda a graduação.

A toda minha família, em especial a minha mãe Erika Albuquerque e ao meu pai Joelson Albuquerque, agradeço imensamente por todo esforço, empenho e educação a mim ofertada para a concretização do meu sonho.

Agradeço ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) na pessoa de Maria Máximo por ter possibilitado essa oportunidade de aprendizado, espaço e apoio para o desenvolvimento dessa experiência acadêmica.

A minha professora e orientadora Gracielle Malheiro, por compartilhar comigo o seu conhecimento na área e ter possibilitado ampliar meu senso crítico para a concretização deste presente estudo.

Agradeço também a minha coorientadora Emanuele Mayara de Souza Bastos, por todo auxílio na elaboração deste estudo.

Agradeço aos meus amigos Arley, Kássio, Kaio e Pedro, feitos durante a graduação, que puderam compartilhar junto a mim momentos únicos de aprendizado durante esse ciclo.

“Até aqui nos ajudou o SENHOR.”

1 Samuel 7:12 (1 SAM, 7,1)

ALBUQUERQUE, I. F. de. **Vinhetas de uma experiência com a inclusão na Universidade e a formação em saúde**. 2024. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2023.

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é um tema de relevância nos dias atuais. Este trabalho trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa que objetiva a reflexão sobre a educação inclusiva a partir da experiência em projeto de extensão em uma universidade pública. A educação inclusiva no Centro de Educação e Saúde na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) reúne um conjunto de ações como política de assistência estudantil organizadas e desenvolvidas através de profissionais do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), bem como, conta com parceiros e projetos institucionais na extensão e na pesquisa. Os profissionais do NAI junto a estudantes, profissionais de diferentes setores e áreas da comunidade acadêmica e da população em geral desenvolveram um projeto de extensão intitulado "Bate Papo sobre Educação Inclusiva". Este trabalho trata das experiências e percepções de um dos estudantes de graduação em nutrição que participou de forma ativa no ano de 2021. O objetivo deste trabalho foi descrever e analisar as vivências e aprendizados obtidos durante a participação ativa nesse projeto, que teve como principal foco promover discussões relevantes sobre a importância da inclusão educacional e social de pessoas com deficiência. A metodologia para atender os objetivos foi a produção de vinhetas do cotidiano (que são textos autorais de como o autor/pesquisador percebe, reflete e entende experiências vivenciadas) a partir do exercício da observação participante referem-se às experiências cotidianas. Este método de registro e análise se deu em virtude da sua natureza qualitativa, o que permite explorar detalhadamente as experiências vivenciadas em diversas situações e contextos. No projeto de extensão foram desenvolvidas atividades como espaços de debates sobre para sensibilização e informação sobre a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no contexto acadêmico com toda comunidade. Participaram da extensão estudantes de graduação dos diferentes cursos do Centro de Educação e Saúde. O projeto a partir de julho de 2021 por meio de momentos online, depois híbridos e passando para momentos presenciais tratou dos temas por meio de rodas de conversa e estratégia multimídias de forma inclusiva e abordando os temas. As vinhetas do cotidiano: Vinheta 1 - A importância da educação inclusiva no ensino superior; Vinheta 2 - Capacitismo e a ética que me conduz: um processo de sensibilização; Vinheta 3: Tecnologia para que quero?; Vinheta 4: Preconceito; Vinheta 5: Elucubrar uma experiência. Essa experiência alargou as perspectivas dentro da formação em saúde, na nutrição, com a identificação dos desafios à inclusão de pessoas com deficiência no âmbito acadêmico, dando a chance de reconhecer as problemáticas pelos diferentes sujeitos envolvidos, inclusive sob a perspectiva institucional. Os temas do preconceito e reconhecimento dos direitos auxiliaram a identificar como as mudanças são necessárias e significativas para todos os envolvidos. Desta forma, a inclusão é um tema importante, transformador e refere-se ao ajuste dos sistemas sociais para o respeito à diversidade humana, sendo necessário a colaboração ativa das pessoas e instituições, projetos como esse auxiliam na formação de profissionais mais humanizados e atentos à equidade.

Palavras-chaves: Educação inclusiva; Ensino superior; Extensão universitária

ALBUQUERQUE, I. F. de. **Vignettes from an experience with inclusion at the University and health training.** 2024. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2023.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities in higher education is a relevant topic today. This work is research with a qualitative approach that aims to reflect on inclusive education based on the experience of an extension project at a public university. Inclusive education at the Education and Health Center at the Federal University of Campina Grande (UFCG) brings together a set of actions such as student assistance policy organized and developed by professionals from the Accessibility and Inclusion Center (NAI), as well as with partners and institutional projects in extension and research. NAI professionals, together with students, professionals from different sectors and areas of the academic community and the general population, developed an extension project entitled "Chat about Inclusive Education". This work deals with the experiences and perceptions of one of the undergraduate nutrition students who actively participated in 2021. The objective of this work was to describe and analyze the experiences and learning obtained during active participation in this project, which had as its main focus promote relevant discussions about the importance of educational and social inclusion of people with disabilities. The methodology to meet the objectives was the production of everyday vignettes (which are authorial texts on how the author/researcher perceives, reflects and understands lived experiences) based on the exercise of participant observation, referring to everyday experiences. This method of recording and analysis was due to its qualitative nature, which allows for detailed exploration of experiences in different situations and contexts. In the extension project, activities were developed such as spaces for debates to raise awareness and information about the inclusion of students with disabilities, global developmental disorders and high abilities or giftedness in the academic context with the entire community. Undergraduate students from different courses at the Center for Education and Health participated in the extension. The project, starting in July 2021, through online moments, then hybrid ones and moving on to face-to-face moments, addressed the topics through conversation circles and multimedia strategy inclusive way and addressing the themes. The everyday vignettes: Vignette 1 - The importance of inclusive education in higher education; Vignette 2 - Ableism and the ethics that guide me: a process of awareness; Vignette 3: What do I want technology for?; Vignette 4: Prejudice; Vignette 5: Elucidating an experience. This experience broadened the perspectives within health and nutrition training, with the identification of challenges to the inclusion of people with disabilities in the academic field, giving the chance to recognize the problems by the different subjects involved, including from an institutional perspective. The themes of prejudice and recognition of rights helped to identify how changes are necessary and significant for everyone involved. In this way, inclusion is an important, transformative theme and refers to the adjustment of social systems to respect human diversity, requiring the active collaboration of people and institutions. Projects like this help in the training of more humanized professionals who are attentive to equity.

Keywords: Inclusive education; University education; University Extension

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CES	Centro de Educação e Saúde
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
PCD	Pessoa Com Deficiência
NAI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
PB	Paraíba
PNE	Pessoas com Necessidades Especiais
PPD	Pessoas Portadoras de Deficiência

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVO	13
2.1 OBJETIVO GERAL	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	14
3.1.1 MONITORIA	15
3.1.2 EXPERIÊNCIAS DE MONITORIA EM CURSOS DE SAÚDE	16
3.2 DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS QUE O CAPACITISMO TEM NO ENSINO SUPERIOR	16
3.2.1 CONCEITO DE CAPACITISMO E SUAS REPERCUSSÕES	16
3.3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS CURSOS DE SAÚDE	19
3.4 AVANÇOS LEGISLATIVOS	20
4 PERCURSO METODOLÓGICO	22
4.1 TIPO DE ESTUDO	22
4.2 PROJETO DE EXTENSÃO	22
4.3 PRODUÇÃO DE DADOS	23
4.4 ASPECTOS ÉTICOS	24
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

A Inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD) no ensino superior, é um tema que vem ganhando relevância nos dias atuais, para que haja um maior domínio sobre o tema proposto, faz-se necessária uma abordagem ampla, visando um maior aprofundamento. Inclusão é o processo de tornar adequados os sistemas sociais comuns para toda a diversidade humana e contar com as próprias pessoas para a execução das adequações (SASSAKI, 2006).

Desenrola-se da mesma forma quando nos tratamos sobre a definição de Pessoa com Deficiência (PCD), ela já transitou por outras versões como Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD) e Pessoas com Necessidades Especiais (PNE). Porém, tanto o uso da nomenclatura Portadores quanto tratar-se como Necessidades Especiais são excludentes. Mas para Sasaki (2003) não há um único termo correto e válido que seja permanentemente, para todas as culturas e épocas.

Na década de 80, especificamente o ano de 1981 é escolhido como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, pela ONU (Organização das Nações Unidas), gerando uma maior visibilidade para o tema, além de uma grande mobilização pelo movimento de busca de direitos sociais. A partir deste ano, substituiu-se o termo indivíduo, por pessoa, como o substantivo que acompanha o adjetivo deficiente, buscando-se igualar os direitos e tratamento com dignidade concedidos a todas as pessoas. Trazendo de uma forma mais prática essa evolução referente ao tratamento para com essas pessoas, Carvalho (2010) se refere a quatro fases distintas nesse processo: exclusão, segregação, integração e inclusão. Durante a fase da exclusão, a PCD fica totalmente isolada do convívio social. Já na fase de segregação, passa a ser atendida por instituições específicas, as quais prestam serviços a essa população, ainda mantendo a PCD separada do convívio social. Durante a fase da integração, ocorre a inserção desse público (PCD) em espaços comuns, porém sem um serviço especializado de acolhimento ou acompanhamento. Por fim, na fase da verdadeira inclusão, ocorre que as instituições e espaços públicos promovem as condições necessárias e suficientes para quem tem necessidades especiais diversificadas.

A Lei nº 8.213, conhecida como Lei de Cotas, promulgada no Brasil em 1991, trouxe mudanças positivas significativas para a inclusão de pessoas com deficiência (BRASIL, 1991). Essa legislação estabeleceu a reserva de vagas para esses indivíduos em empresas com mais de 100 funcionários, promovendo a igualdade de oportunidades e a inserção no mercado de trabalho. Além de impulsionar a inclusão profissional, a Lei de Cotas desempenhou um

papel crucial na transformação social, ao combater estigmas e preconceitos e contribuir para uma sociedade mais inclusiva e diversa.

Tendo em vista todas as evoluções relatadas sobre o tema, no mundo contemporâneo, a inclusão do aluno com deficiência ainda representa um grande desafio, desde a modalidade de Educação Infantil até o Ensino Superior, em instituições públicas e privadas. No Brasil, as estatísticas oficiais, estudos e pesquisas, elucidam principalmente a condição desse corpo discente em processo de inclusão na educação básica subsidiados pelas Declarações de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e de Salamanca (ONU, 1994).

Existe um aumento dos valores nacionais de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior de uma forma geral. O Censo da Educação Superior MEC/INEP (BRASIL, 2012) apontou a existência de 22.455 matrículas de alunos com deficiência no ensino superior, sendo deste total, 16.790 nas Instituições Privadas de Ensino Superior e 4.437 nas Instituições Federais de Ensino Superior”.

Além de todos esses avanços, houve o surgimento da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) que representa um marco essencial para os direitos dos estudantes com deficiência no ensino superior, garantindo medidas para facilitar o ingresso e permanência destes indivíduos nas instituições de ensino (BRASIL, 2015). Segundo o Artigo 30, as instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, devem oferecer atendimento preferencial e disponibilizar formulários de inscrição para exames com campos específicos para que candidatos com deficiência indiquem suas necessidades de acessibilidade e tecnologia. Além disso, as provas devem ser adaptadas conforme a preferência do candidato. A legislação também enfatiza critérios avaliativos considerando a singularidade linguística da pessoa com deficiência e a tradução integral do edital e suas emendas para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), ressaltando a relevância da lei para o percurso acadêmico dos estudantes com deficiência, garantindo-lhes equidade de oportunidades e condições para uma participação plena na esfera acadêmica (BRASIL, 2015).

Todavia, reconhece-se que a inclusão não é apenas sobre dar acesso físico, mas é sobre criar um ambiente onde todas as pessoas se sintam valorizadas. Essa constatação indica importante elemento no contexto da inclusão em universidades públicas, entre eles, de que maneira garantir que as universidades sejam espaços acolhedores e inclusivos, nos quais todos os estudantes, independentemente de suas origens, habilidades ou características, sejam reconhecidos, respeitados e que além do cumprimento das leis e protocolos, eles sejam valorizados.

Na Universidade Federal de Campina Grande com o intuito de garantir esse acolhimento surgiu o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) através da Resolução UFCG do Colegiado Pleno Nº 11/2016, sendo O NAI um órgão da administração superior, vinculado à Reitoria, e tem por finalidade o atendimento a pessoas com deficiência física, sensorial, mental ou intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (UFCG, 2016).

Tendo em vista essas problemáticas presentes no macro e micro espaço, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX) no ano de 2021, no Centro de Educação e Saúde (CES), instituiu a proposta de um Projeto de Extensão intitulado Bate Papo sobre Educação Inclusiva, a fim de gerar debates, abordar a problemática e contribuir para a disseminação de informações para discentes e docentes sobre o capacitismo e a inclusão de PCD's de forma interina nas vivências acadêmicas.

O projeto de extensão foi aprovado junto a Pró-Reitoria de Extensão (PROPEX) da UFCG sendo uma proposta da instituição de ensino superior, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Cuité, a Escola Cidadão Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pedro Henrique da Silva (ECIT) em Cuité, Paraíba. Entre os objetivos específicos, sublinham-se: a) colaborar com o desenvolvimento acadêmico e social da comunidade acadêmica na perspectiva da educação inclusiva; b) estimular reflexões na comunidade acadêmica sobre os avanços e desafios da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior e políticas de acesso e permanência; c) valorizar a diversidade como um fator de qualidade da educação, trazendo à tona a questão do direito de todos à educação na perspectiva inclusiva; d) promover momentos de diálogo e trocas de experiências entre a comunidade acadêmica do CES e estudantes com deficiência de outras instituições de ensino. Destacam-se como atividades principais as rodas de conversa, oficinas temáticas e o encontro de formação na área de educação e matemática inclusiva.

A partir dessas informações, este trabalho trata das vivências e experiências sintetizadas em forma de análise de vinhetas a partir de um estudante de Nutrição da universidade pública, inserido em um Projeto de Extensão (Bate Papo Sobre Educação Inclusiva). As experiências aconteceram em julho de 2021, que objetivava a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito acadêmico, melhor explorando as repercussões desta experiência na formação universitária de um dos seus integrantes durante sua atuação como monitor.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Descrever e analisar as vivências e aprendizados obtidos durante a participação ativa nesse projeto, que teve como principal foco promover discussões relevantes sobre a importância da inclusão educacional e social de pessoas com deficiência.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Registrar as experiências e sintetizá-las em vinhetas para identificar e analisar as problemáticas vivenciadas;
- Contribuir para a disseminação de informações sobre a inclusão de pessoas com deficiência, alertando a comunidade acadêmica e a sociedade em geral sobre a importância desse tema.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A educação inclusiva é um modelo educacional que visa acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças e singularidades. Essa abordagem busca eliminar barreiras físicas, sociais e pedagógicas, promovendo um ambiente de aprendizado acessível a todos. No contexto do ensino superior, a inclusão de pessoas com deficiência exige um compromisso ético-institucional para garantir equidade e igualdade de oportunidades para com as pessoas com deficiência.

No final dos anos sessenta, surgiram em diversos países ocidentais movimentos sociais que reivindicavam os direitos de grupos específicos, como mulheres e negros e, neste contexto, a politização das pessoas com deficiências ganhou força. (GAUDENZI; ORTEGA, 2016, P. 3062). Significando assim, um grande avanço. Pois estava surgindo uma representatividade que nunca houve antes.

Trazendo a discussão para a área da educação, a educação inclusiva implica num ensino adaptado às necessidades individuais que sugerem necessidades educacionais especiais e para tanto, os docentes devem ser instrumentalizados para atender com propriedade a cada demanda advinda do ensino a pessoas com necessidades especiais, desenvolvendo recursos, instrumentos e estratégias educacionais que facilitem a vida dessas pessoas (SANT'ANA, 2005). As percepções dos professores na verdade se constituem como filtros na interpretação da realidade, o que determina e interfere no modo como se comportam em relação a inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula (ANTUNES et al., 2013).

Para assegurar o direito das pessoas com deficiência à educação, no dia 10 de Dezembro do ano 2000, foi instituída a Lei nº 10.098. “Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000).

Já em 2015, o Brasil instituiu uma lei que seria crucial para a promoção da inclusão na sociedade. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, entrou em vigor em janeiro de 2016. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a

assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

3.1.1 Monitoria

A monitoria trata-se de uma modalidade de ensino e aprendizagem oferecida aos alunos interessados em aprofundar-se em conteúdos, bem como contribuir para a solução de dificuldades em relação à matéria trabalhada em aula para os demais discentes.

A monitoria tem grande importância nas disciplinas do ensino superior, pois excede o caráter de obtenção de um título; contribui para o aprofundamento intelectual do monitor e contribui para o aprendizado dos alunos monitorados. “O trabalho de monitoria pretende contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica e auxiliar os acadêmicos na apreensão e produção do conhecimento” (SCHNEIDER, 2006).

A lei Federal nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixou algumas normas de funcionamento do ensino superior e estabeleceu em seu artigo 41 a monitoria acadêmica. O artigo propõe que as universidades devem criar as funções de monitor para alunos do curso de graduação que se submeterem a prova específica, nas quais demonstrem capacidade de desenvolvimento em atividades técnico didáticas de determinada disciplina (BRASIL, 1968).

Porém a legalização da monitoria no âmbito universitário só foi instituída em 20 de dezembro de 1996, pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei nº 9.394, que em seu artigo 84 indica que os alunos de graduação do ensino superior poderão ser inseridos em atividades de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, desenvolvendo funções de monitoria, desde que esteja em consonância como o projeto político pedagógico dos cursos. Em 1996, esta foi reiterada pela Lei nº 9.394/96, estabelecendo-se as diretrizes e bases da educação nacional e inserindo as atividades de ensino e pesquisa, compreendidas aqui como primordiais no desenvolvimento humano e acadêmico para a formação superior de estudantes a nível nacional (ANDRADE EGR, et al., 2018).

Essa monitoria se estendeu em diversos âmbitos da vida acadêmica. No dia 30 de setembro de 2022, através da Resolução Nº 04 de 2019 do Colegiado Pleno do Conselho Universitário da UFCG, surgiu Auxílio Monitoria Inclusiva, que visa promover o auxílio pedagógico e técnico para a promoção de igualdade de oportunidades e adequado desenvolvimento de habilidades e competências aos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, a fim de contribuir

com a formação acadêmica e humanística, com a permanência, o aproveitamento e a conclusão dos seus cursos, em tempo regular será acompanhar os discentes com necessidades educacionais especiais nos campi da UFCG.

3.1.2 EXPERIÊNCIAS DE MONITORIA EM CURSOS DE SAÚDE

O Projeto de Extensão “Bate Papo Sobre Educação Inclusiva” foi concebido com o objetivo primordial de sensibilizar o corpo acadêmico sobre o capacitismo e fomentar um debate construtivo sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente educacional. Para efetivar a proposta do projeto, foram realizadas rodas de conversas em dois períodos distintos, tanto de forma remota quanto presencial, proporcionando um espaço de diálogo e aprendizado.

Além disso, foram organizadas palestras com o intuito de elucidar a temática proposta, ampliando a compreensão dos participantes sobre a importância da inclusão e os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no ensino superior.

No segundo ciclo do projeto, realizado no ano de 2022, todas as atividades foram conduzidas de forma presencial, permitindo uma interação mais direta e enriquecedora entre os participantes. Esta experiência proporcionou uma oportunidade valiosa para a troca de ideias e experiências, contribuindo significativamente para o avanço da educação inclusiva no ensino superior.

3.2 DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS QUE O CAPACITISMO TEM NO ENSINO SUPERIOR

3.2.1 *Conceito de capacitismo e suas repercussões*

O termo “capacitismo” tem origem inglesa, sendo derivado do termo "ableism". "Ableism" que é uma junção das palavras "able" (capaz) e "ism" (indicando um sistema de discriminação) e começou a ser utilizado em discussões acadêmicas e ativistas em torno de questões de deficiência na década de 1980 (MELLO; FERNANDES; GROSSI, 2013).

O conceito permaneceu ao longo dos anos e hoje, capacitismo trata-se de uma forma de preconceito e discriminação direcionada às pessoas com deficiência que se baseia em suas limitações físicas, mentais ou sensoriais. Essa forma de discriminação assume que as pessoas com deficiência são inferiores ou menos capazes do que aquelas sem deficiência. O capacitismo pode manifestar-se de várias maneiras, incluindo estereótipos, falta de acessibilidade, exclusão social e a negação de oportunidades iguais. Pesquisadores como Brown (2020) e Singer e Bacon (2020) afirmam que o capacitismo está intrinsecamente presente nas universidades e corrobora a manutenção de barreiras para o acesso dos grupos minoritários.

Como categoria analítica, no país, o capacitismo traduzido de ableism, aparece, pela primeira vez, em 2013 (MELLO; FERNANDES; GROSSI, 2013). Como reflexo das crenças religiosas e do tratamento médico das pessoas com deficiência, a discriminação contra estas pessoas ainda é presente no contexto atual, tendo o capacitismo como barreira para a inclusão escolar. Por outro lado, percebendo algumas mudanças já ocorridas, é possível compreender que a inclusão não é um processo pronto, mas sim em desenvolvimento, numa construção que demanda, conforme Lima, Braun e Vasques (2021), constante vigilância epistemológica, política e ética.

Ao findar do séc. XX, houve importantes movimentos, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), reconhecendo de todos como iguais, sem nenhum tipo de discriminação e também a Declaração de Educação para Todos (BRASIL, 1990) e a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), reconhecendo que cada criança possui características, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas. Assim, no início do séc. XXI, é estabelecida a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEE) (BRASIL, 2008).

O livro História do corpo - Caixa com 3 volumes, dirigido por Jean-Jacques Courtine (2021) traz uma abordagem abrangente que explora a evolução das percepções do corpo ao longo do tempo e como essas percepções moldaram as atitudes e práticas culturais em relação à diversidade corporal. Enquanto a história do corpo oferece uma lente para entender as mudanças sociais e culturais, este trabalho tem relevância direta para a discussão das deficiências. Dentro dele, há uma abordagem sobre deficiência que traz um contexto histórico desse capacitismo. Trata-se da monstrificação de deficiências e a exploração dela em eventos circenses nos evidenciando o capacitismo e discriminação ocorrida a séculos atrás.

Nesse contexto, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, desempenha um papel fundamental. Ela estabelece diretrizes e normas para a promoção da igualdade de oportunidades, a participação plena e efetiva na

sociedade e o exercício dos direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2015). Através dessa legislação, busca-se transformar a sociedade, garantindo a inclusão plena das pessoas com deficiência e a superação de barreiras físicas, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais. O que coaduna com a mudança no cenário da formação universitária, afinal os valores nacionais apontam para o crescimento do número de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior de uma forma geral (DUARTE et al., 2023). Segundo o Censo da Educação Superior MEC/INEP (BRASIL, 2012), havia, neste ano, 22.455 matrículas de alunos com deficiência no ensino superior, sendo deste total, 16.790 nas Instituições Privadas de Ensino Superior e 4.437 nas Instituições Federais de Ensino Superior.

A inclusão não é apenas sobre dar acesso físico, mas é sobre criar um ambiente onde todas as pessoas se sintam valorizadas, essa afirmação levanta questionamentos importantes no contexto dos desafios e necessidades mediante a inclusão da diversidade em universidades públicas (César Coll *et. al*, 2010). Entre eles, surge a indagação sobre como garantir que as universidades sejam espaços acolhedores e inclusivos, nos quais todos os estudantes, independentemente de suas origens, habilidades ou características, sejam reconhecidos, respeitados e que além do cumprimento das leis e protocolos, eles sejam valorizados. Com o intuito que garantir esse acolhimento surgiu o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) através da Resolução Nº 11/2016, sendo O NAI um órgão da administração superior, vinculado à Reitoria, e tem por finalidade o atendimento a pessoas com deficiência física, sensorial, mental ou intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Tendo em vista essas problemáticas presentes no macro e micro espaço das instituições de ensino superior, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX) no ano de 2021, no Centro de Educação e Saúde (CES), instituiu a proposta de um Projeto de Extensão intitulado Bate Papo sobre Educação Inclusiva, a fim de gerar debates, abordar a problemática e contribuir para a disseminação de informações para discente e docentes sobre o capacitismo e a inclusão de PCD's de forma interina nas vivências acadêmicas.

Historicamente, pessoas com deficiência têm uma trajetória escolar marcada pela dificuldade dos sistemas educacionais em aceitar as suas diferenças. Os caminhos percorridos pelas políticas de inclusão e leis que visam promover a inclusão esbarraram em ações fundamentadas em práticas assistencialistas, paternalistas, conservadoras e excludentes, impedindo assim os avanços e inovações para a escolarização de alunos com deficiências no ensino regular e superior (CABRAL; MELO, 2017; MANTOAN, 2013).

Para uma melhor compreensão sobre as dificuldades que os estudantes com deficiências enfrentam no acesso e permanência no ensino superior, se faz necessário conhecermos os paradigmas sobre a inclusão, que, de forma sumarizada, fundamentam-se no modelo médico da deficiência e no modelo social da deficiência (SASSAKI, 2012).

3.3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS CURSOS DE SAÚDE

A educação inclusiva vem ganhando destaque como uma abordagem essencial para promover a igualdade de oportunidades na sociedade. Nos cursos de saúde, recentemente essa perspectiva vem se tornando mais importante, pois esse conhecimento é importante para formar profissionais preparados para atender às necessidades de uma população diversificada. A educação inclusiva visa cultivar empatia, sensibilidade cultural e compreensão das particularidades dos pacientes, criando um ambiente de aprendizagem que valoriza a diversidade. Embora os desafios persistam, sua implementação progressiva visa garantir cuidados de saúde mais abrangentes e humanizados, alinhados com os princípios da inclusão (MARTINS; SILVA, 2016).

A inclusão na área da saúde começou a ganhar força no Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 196 afirma que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (BAGNI U. V. *et al*, 2023).

A literatura acerca do tema (Kassar, 2016; Meletti & Ribeiro, 2014) realça o lugar que as escolas inclusivas ocupam em tempos atuais – um espaço formativo privilegiado em relação às possibilidades de desenvolvimento das pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, examinar a história e a realidade vivida por esses estudantes possibilita conhecer também um pouco do que a diversidade e as diferenças trazem de novo e singular para o ambiente escolar.

Além de todos esses avanços no âmbito acadêmico, a Inclusão vem se tornando mais presente até na Nutrição. Especificamente no âmbito da alimentação e nutrição, os primeiros acenos em direção à inclusão ocorreram apenas nas décadas de 2000 e 2010, quando começou a ser cunhado o conceito de “inclusão alimentar”. Inicialmente, esse termo dizia respeito à oferta de alimentos específicos para pessoas com restrições alimentares ou outras necessidades alimentares específicas em confraternizações e outros eventos sociais que

envolvessem comida, ou nos cardápios dos serviços de alimentação coletiva voltados a escolares e trabalhadores. (BAGNI, *et al*, 2023).

A Nutrição Inclusiva atualmente pode ser definida como uma forma de exercer a profissão na qual o nutricionista utiliza todos os recursos disponíveis para promover a inclusão, a saúde e a segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio de ações oportunas e ajustadas às singularidades desses sujeitos, tendo como base o acolhimento, o respeito à diversidade, a acessibilidade e o estímulo à autonomia (BAGNI, *et al*, 2023).

A “alimentação inclusiva” estabelece um conjunto de práticas que buscam incluir e integrar as pessoas com restrições alimentares nos mais variados cenários da vida em comunidade. A produção de alimentos e refeições baseada nesse conceito, que podem ser artesanais ou contar com avançadas tecnologias, parte da escolha criteriosa de cada ingrediente culinário, trocando aqueles indesejados por substitutos seguros, adequados e saudáveis. Com a premissa popular de “excluir alimentos para incluir pessoas”, existem diferentes restrições alimentares (BAGNI, *et al*, 2023).

3.4 AVANÇOS LEGISLATIVOS

Como já citado ao longo do presente trabalho, o Brasil passou por diversos avanços legislativos ao longo dos anos, dentro deles podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, sendo um marco na educação brasileira que estabelece diretrizes para a inclusão de pessoas com deficiência. A LDB fundamenta-se nos princípios e na filosofia de que todos devem ter iguais oportunidades para aprender e desenvolver suas capacidades. (BRASIL, 1996)

A LDB, em seu Capítulo III, art. 4º, inciso III, afirma que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Isso significa que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis e que a matrícula de alunos com deficiência deve se dar na rede regular de ensino, em vez de escolas especiais. (BRASIL, 1996).

Avançando anos à frente, ao longo dos anos houveram mais mudanças relevantes para esse tema, entre eles podemos citar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNPI), implementada em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC), é um marco importante na inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. A PNPI é uma ação política, cultural, social e pedagógica que defende o direito de todos os alunos de estarem

juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Esses avanços citados, somados com as diversas outras leis instituídas, têm sido fundamentais para que em um futuro próximo possamos finalmente sermos um país inclusivo e com mais oportunidades para todos. (BRASIL, 2007).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNPI), implementada em 2007, é um marco significativo na luta pela inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. A PNPI, como uma ação política, cultural, social e pedagógica, defende o direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Este princípio é fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, que todos tenham igualdade de oportunidades para aprender e crescer. (BRASIL, 2007).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem descritiva, fundamentada no conteúdo de registro e reflexão do pesquisador para analisar a experiência utilizando o método de vinhetas. Esta pesquisa foi realizada no contexto de um projeto de extensão focado na educação inclusiva no ensino superior. A análise foi conduzida à luz da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), que estabelece normas de igualdade e proteção para pessoas com deficiência, incluindo o acesso à educação.

A pesquisa buscou compreender como as práticas de inclusão estão sendo implementadas e vivenciadas no ambiente universitário, e como elas contribuem para a formação acadêmica e pessoal dos estudantes. Através da reflexão crítica sobre a experiência pessoal do pesquisador, a pesquisa procurou identificar oportunidades para melhorar a inclusão e a equidade no ensino superior.

Equidade trata-se de um conceito fundamental para a inclusão, pois busca garantir que todas as pessoas tenham acesso a oportunidades e recursos de acordo com suas necessidades específicas, a fim de alcançar resultados justos e igualitários. Na prática, a equidade na inclusão significa considerar as diferenças individuais e contextos socioculturais para criar alternativas e soluções que reduzam as desigualdades presentes nos ambientes de convívio coletivo. Assim, a equidade valoriza a personalização e a inclusão, visando promover a justiça social e a igualdade de oportunidades. (BRASIL, 2007)

4.2 PROJETO DE EXTENSÃO

Como base para minha experiência como monitor do NAI, participei do Projeto de Extensão intitulado 'Bate Papo sobre Educação Inclusiva', realizado no Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande (CES/UFCG). Esta análise abrangeu um período de um ano, compreendendo do segundo semestre de 2021 ao primeiro semestre de 2022.

As atividades e propostas do projeto foram inicialmente conduzidas remotamente em 2021, onde foram realizadas reuniões online. Estas sessões englobam diversas práticas, como rodas de conversa, reuniões e palestras, todas voltadas para o tema da Inclusão.

Posteriormente, o segundo ciclo do projeto foi executado ao longo do ano de 2022, adotando um formato totalmente presencial. Nesta fase, as atividades se desdobraram em rodas de conversa e visitas a uma escola localizada na zona rural do município de Cuité, no estado da Paraíba. Estas ações tinham como objetivo um público mais amplo, direcionando-se à discussão do tema e fornecendo informações para alunos, professores, equipe de escolas públicas, além dos participantes do próprio projeto.

O projeto de extensão foi aprovado junto a Pró-Reitoria de Extensão (PROPEX) da UFCG sendo uma proposta da instituição de ensino superior, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Cuité, a Escola Cidadão Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pedro Henrique da Silva (ECIT) em Cuité, Paraíba. Sendo idealizado e coordenado por: Maria Francisca Máximo Dantas, assistente social, servidora pública federal do Centro de Educação e Saúde pela Universidade Federal de Campina Grande. Envolvendo estudantes de todas as graduações de nutrição, enfermagem, farmácia, matemática, física, química e biologia.

Entre os objetivos específicos, do projeto de extensão, sublinham-se: a) colaborar com o desenvolvimento acadêmico e social da comunidade acadêmica na perspectiva da educação inclusiva; b) estimular reflexões na comunidade acadêmica sobre os avanços e desafios da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior e políticas de acesso e permanência; c) valorizar a diversidade como um fator de qualidade da educação, trazendo à tona a questão do direito de todos à educação na perspectiva inclusiva; d) promover momentos de diálogo e trocas de experiências entre a comunidade acadêmica do CES e estudantes com deficiência de outras instituições de ensino. Destacam-se como atividades principais as rodas de conversa, oficinas temáticas e o encontro de formação na área de educação e matemática inclusiva.

4.3 PRODUÇÃO DE DADOS

A vinheta foi o método selecionado para relatar as experiências e percepções obtidas ao longo do Projeto de Extensão "Bate Papo sobre Educação Inclusiva". As vinhetas elaboradas por meio do exercício da observação participante referem-se às experiências cotidianas. A opção por esse método de registro e análise se deu em virtude da sua natureza qualitativa, que me permite explorar detalhadamente as experiências vivenciadas em diversas situações e contextos, trazendo uma visão mais pessoal sobre todo o acontecido.

As informações registradas e analisadas referem-se a impressões pessoais de compreensão das experiências vividas pelo estudante de forma que constitui-se como material de registro da memória. Essa referência assim como a observação como método de registro tem seus limites e possibilidades de uso.

A construção de uma vinheta aproxima-se ao registro de uma cena da realidade de forma que é um “recorte” de quem as produz. Elas auxiliam a registrar e exemplificar partes das experiências de graduação deste trabalho como forma de sistematizar e produzir dados cognoscíveis e passíveis de discussão com literatura pertinente. Essa narrativa da realidade tem valor no campo da aprendizagem, da reflexão crítica e auto desenvolvimento profissional e acadêmico.

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

Este estudo, voltado para a educação inclusiva no ensino superior e realizado no contexto de um projeto de extensão, está em plena conformidade com a Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2016). Esta resolução estabelece diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, particularmente aquelas que não envolvem intervenções diretas no corpo humano.

É importante ressaltar que, embora a pesquisa não envolva intervenções diretas no corpo humano, ela lida com questões sensíveis relacionadas à inclusão e à educação. Portanto, todas as precauções foram tomadas para garantir que os participantes se sentissem confortáveis e respeitados durante todo o processo de pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As vinhetas apresentadas no artigo foram separadas por temas e momentos vividos pelo estudante: Vinheta 1 - A importância da educação inclusiva no ensino superior; Vinheta 2 - Capacitismo e a ética que me conduz: um processo de sensibilização; Vinheta 3: Tecnologia para que quero?; Vinheta 4: Preconceito; Vinheta 5: Elucubrar uma experiência.

Vinheta 1: A importância da monitoria inclusiva no ensino superior

Em Julho de 2021, eu optei por ingressar em um projeto que causaria impacto positivo em minha vida acadêmica, possibilitando adquirir um conhecimento que é ignorado por uma parcela dos estudantes do ensino superior e da sociedade. No âmbito universitário, em especial na UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), periodicamente, abrem-se vagas para a participação em Projetos de Extensão, que em seu conceito são atividades que ampliam nossa participação fora das salas de aula, fazendo com que aumente nossa interação com a sociedade. Houve a oportunidade de adentrar em um Projeto de Extensão voltado para educação inclusiva (Bate Papo Sobre Educação Inclusiva). Tema esse, que tinha a proposta completamente diferente de tudo que eu já havia visto na universidade e de todas as cadeiras disponibilizadas no curso de Nutrição. Pessoalmente, essa decisão me fez entrar em alguns dilemas, que posteriormente irei compartilha-los. Minha contribuição foi realizada durante dois ciclos de seis meses nos anos de 2021 e 2022. Quando realizei minha inscrição no primeiro ciclo do projeto, eu não tinha ideia do impacto que isso teria em minha vida. Além disso, a criação e execução do primeiro ciclo desse projeto, seria realizado durante um período em que todas as atividades eram realizadas remotamente, fazendo com que a adaptação e o aprendizado se tornasse potencialmente mais difícil. Esse foi um dos primeiros dilemas, pois constantemente eu me questionava: “Será que vou fugir da minha área?”.

A tomada de decisão para me inscrever nesse projeto me causou muita dúvida, pois eu não tinha nenhuma base relacionada à educação inclusiva e estava municiado apenas de um conceito básico do significado de inclusão. Por muito tempo me questioneei: “como posso ser monitor de um tema que eu não tenho nenhum domínio?” ou “será que não estou me distanciando demais do meu curso?”, principalmente porque os monitores que eram PCD 's (Pessoas com deficiência) possuíam um vasto conhecimento prático sobre a temática por vivências próprias. Posteriormente, pude perceber que esses questionamentos me fariam ampliar minha visão sobre o tema, me capacitar mais para uma área ainda pouco explorada na nutrição e trazer respostas ao final do projeto. (ALBUQUERQUE, 2023, dados do autor)

A vinheta apresentada destaca a experiência do autor ao participar de um Projeto de Extensão voltado para a educação inclusiva na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A decisão de ingressar nesse projeto gerou grande conflito interno, pois o autor inicialmente se questionava sobre sua aptidão para abordar um tema no qual não possuía experiência, pois o Projeto Político Pedagógico da graduação em Nutrição não coloca opções desta temática nem em conteúdo teórico nem prático (UFCG/CSE, 2009).

Essa incerteza é comum para grande parte das pessoas em situações em que se busca adentrar em territórios acadêmicos pouco familiares e não é diferente no âmbito acadêmico. Como um estudante da área da saúde e por ainda não saber a importância das atividades

extracurriculares no período de ingresso, a ideia de adentrar em um projeto que aborda uma temática completamente diferente das disciplinas ofertadas na grade do curso, traz à tona a insegurança de estar tangenciando da proposta do curso e dedicando tempo para algo que até então era pouco falado e abordado na instituição. (UFCG/CSE, 2009).

Para (RIBEIRO, *et al.* 2017), a participação em atividades extracurriculares, como os Projetos de Extensão, pode ser crucial para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes, proporcionando oportunidades de aprendizado e engajamento com a comunidade. Além disso, a vivência do autor durante dois ciclos de seis meses demonstra um comprometimento com o projeto, evidenciando a importância da continuidade no contexto da monitoria inclusiva.

A reflexão constante sobre a própria jornada, ilustrada pelos questionamentos sobre a pertinência do tema em relação ao curso de Nutrição, também denota uma postura crítica e analítica do autor, elementos fundamentais no processo de aprendizado e desenvolvimento acadêmico (WEIMER, 2013). Portanto, a narrativa apresentada na vinheta não apenas ressalta a importância da monitoria inclusiva no ensino superior, mas também evidencia a transformação pessoal e acadêmica proporcionada por essa experiência.

Em suma, enquanto a participação em projetos de extensão pode ser uma experiência valiosa, é crucial que as instituições de ensino adotem uma abordagem mais sistemática e sustentável para temas que vão além da grade do curso e que sejam temas sensíveis para o corpo acadêmico, como lidar com questões como a educação inclusiva. Isso garantirá que o impacto desses projetos se estenda além do ciclo acadêmico individual e beneficie a comunidade em geral a longo prazo. (PLETSCH, 2009).

Vinheta 2: Capacitismo e a ética que me conduz: um processo de sensibilização

Porém, ao iniciar o projeto, fui apresentado a uma realidade que eu não conhecia, e que eram por muitas vezes ignoradas por todos nós e também por parte do corpo acadêmico. Ao longo das primeiras reuniões, fui apresentado ao capacitismo, que é um preconceito baseado na ideia de que pessoas com deficiência são inferiores a pessoas sem deficiência e foi evidenciado o tanto que ele prejudicava a vida de pessoas com deficiência e o quanto ele interfere em nossa sociedade, seja em âmbito acadêmico ou no dia a dia. Ocorreu que eu havia entendido que não entrei como monitor desse projeto para ensinar, mas sim para aprender. Através desses relatos, minha perspectiva foi ampliada e pude compreender por um lado sobre a magnitude dos desafios que são impostos a elas, não apenas por suas limitações físicas ou cognitivas.

Durante o decorrer do primeiro ciclo de participação no projeto de extensão, foram promovidas rodas de conversa realizadas on-line, por conta do isolamento social, o intuito era promover a equidade em um espaço seguro e acessível para que as pessoas com deficiência pudessem compartilhar suas experiências, desafios e conquistas da melhor forma possível, durante a pandemia que estávamos vivendo. Essas rodas de conversa foram momentos de troca de conhecimentos e vivências, nos quais tivemos a oportunidade discutir questões relacionadas à saúde e inclusão social. Porém, eu confesso que não me achava tão útil na discussão pela falta de experiências. Mas será que a “utilidade” resume-se apenas à participação nas discussões?

Ao fim do primeiro ciclo do projeto de extensão, senti que me tornei mais sensível ao tema, porém, ainda não me sentia com domínio o suficiente para falar

com propriedade. Porém, posteriormente pude perceber que a minha maior contribuição durante esse ciclo de projeto, não foi referente a falar e nem por isso, fui menos participativo durante ele. Apesar de ter sido apresentado à realidade de pessoas com deficiência e de pouco a pouco minhas dúvidas relacionadas aos conceitos da temática estarem sendo respondidas, me surgiram questionamentos de forma concomitante. Afinal, toda história pode ter várias interpretações, justificativas e motivos. Pensamentos esses que inicialmente eram reprimidos por mim. (ALBUQUERQUE, 2023, dados do autor)

A narrativa apresentada pelo autor reflete uma jornada de aprendizado e conscientização acerca do capacitismo, um preconceito arraigado que perpetua a marginalização das pessoas com deficiência. Esta vivência demonstra a relevância do engajamento em projetos de extensão para a compreensão e enfrentamento de questões sociais sensíveis, como apontado por (RIBEIRO, *et al.* 2017), que destacam a importância das atividades extracurriculares no desenvolvimento do senso de responsabilidade social dos estudantes.

No recorte em questão, são apresentadas algumas dúvidas e inseguranças do estudante em relação ao seu lugar no projeto, a forma de participação e o processo de aprendizado para tal. A inquirição do autor, no que tange à sua contribuição, constitui um elemento intrínseco ao processo educacional, demandando a apreensão de que a absorção das perspectivas daqueles já imersos nesse domínio representa uma faceta crucial da colaboração voltada à temática em discussão. (MARQUES, *et al.* 2021)

A realização de rodas de conversa online durante o isolamento social destaca a adaptação do projeto para promover a equidade e acessibilidade, ilustrando a capacidade de inovação e adaptação em contextos desafiadores. Essas rodas de conversa online não são apenas uma resposta à necessidade imediata de distanciamento social, mas também uma demonstração da resiliência e flexibilidade inerentes ao projeto. (MCLOUGHLIN *et al.*, 2020).

Vinheta 3: Tecnologia para que te quero?

Através dessas interações virtuais, percebi como a tecnologia pode ser potencialmente uma ótima ferramenta para promover a equidade que queríamos e conectar pessoas, independentemente de suas habilidades físicas ou sensoriais, além de promover o diálogo inclusivo e enriquecedor. Porém, nem tudo são flores. O uso exclusivo da internet nos limitou a apenas reuniões online, fazendo com que tivéssemos que usar da criatividade que já estava esgotando para conseguir variedade em nossos encontros, além de enfrentarmos rotineiramente problemas técnicos comuns.

Pude também perceber que na modalidade online, alguns aspectos sociais acabam sendo negligenciados por conta da necessidade de execução de atividades durante o período pandêmico. Quando o estudante em questão, tem o privilégio de possuir acesso a internet essa equidade acaba sendo garantida. Mas caso o estudante em questão não tenha possibilidade de acessar a internet em casa... Como fica? A equidade está sendo garantida? Talvez não. (ALBUQUERQUE, 2023, dados do autor)

A vinheta escrita, enfatiza a dualidade da tecnologia como instrumento de equidade e as limitações inerentes à sua utilização exclusiva em um contexto virtual. A observação de como a tecnologia pode ser uma ferramenta inclusiva e enriquecedora para conectar indivíduos, independentemente de suas capacidades físicas está alinhada com a visão contemporânea de saúde digital, que destaca o potencial das tecnologias para promover a inclusão e a participação ativa na sociedade (TOPOL, 2019).

Como um contraponto, a vinheta também ressalta os desafios práticos enfrentados, como a necessidade de inovação para manter a diversidade nas interações online e a ocorrência comum de dificuldades técnicas, questões que foram exacerbadas durante o período pandêmico (OHANNESSIAN *et al.*, 2020). Fora isso, o relato evidencia as disparidades socioeconômicas e de acesso à tecnologia, levantando uma preocupação legítima sobre a verdadeira equidade na modalidade online, especialmente para aqueles que não têm a mesma facilidade de acesso à internet em suas residências

Portanto, a vinheta ressalta não apenas os benefícios potenciais da tecnologia na promoção da equidade, mas também incita a reflexão sobre as questões críticas que demandam abordagem. É imperativo reconhecer que a efetiva inclusão digital na área da saúde vai além da mera disponibilidade de ferramentas tecnológicas. Requer a implementação de esforços significativos para atenuar as disparidades socioeconômicas e de acesso à internet, assegurando que o uso dessas tecnologias seja genuinamente acessível a todos. (OHANNESSIAN *et al.*, 2020)

Além disso, é crucial empreender esforços contínuos para superar os desafios técnicos e manter a diversidade nas interações online. A inovação constante é essencial para isso. A tecnologia deve ser usada como uma ferramenta para promover a inclusão e a equidade, e não como um meio de exacerbar as desigualdades existentes. (FERIOTTI, 2009)

Vinheta 4: Preconceito

Ao longo do projeto foram realizadas diversas reuniões, em uma delas, tivemos como participante o influenciador Ivan Baron, uma figura proeminente nas redes sociais que conquistou um público significativo ao abordar questões

relacionadas ao capacitismo. Ele já era uma figura bem conhecida no meio, mas por não estar na bolha, eu não o conhecia. No encontro, ele compartilhou conosco os bastidores de sua trajetória de sucesso e as dificuldades enfrentadas ao longo de sua vida. Ivan relatou que teve que lidar com os desafios impostos pelo preconceito e pela falta de acessibilidade. Sua deficiência física nunca foi uma barreira para suas aspirações, mas a sociedade muitas vezes colocava obstáculos em seu caminho. Ivan enfrentou estereótipos e atitudes discriminatórias que limitavam suas oportunidades e restringiam sua participação plena na sociedade. Isso me sensibilizou demais! Pude entender o porquê alguns termos que são bastante utilizados no senso comum são ofensivos e me policiar para não cometer tais erros. Já que eu queria ter uma postura inclusiva pensando na minha vida profissional após o curso, foi de grande valia primeiramente aprender a maneira certa de me comunicar, para que eu possa acolher bem meus futuros pacientes.

Durante essa atividade, os principais pontos abordados e debatidos foram: Leis que amparam estudantes com deficiência, dificuldades enfrentadas pelos estudantes e outro que me chamaria a atenção como um grande impasse em toda promoção de inclusão pregada. Falo da falta de preparo adequado para os professores, que sofrem grande pressão mesmo com o Estado não os capacitando para lidar especificamente com essa problemática, como os é cobrado. Comecei a observar a complexidade desta problemática. Até porque, problemas estruturais não são tão simples de serem resolvidos... O preconceito é um fator limitante, afetando tanto a vida de pessoas com deficiência, quanto pessoas sem deficiência. Porém, nem sempre há só uma vítima ou um só vilão. Será que a crítica estava bem direcionada? Isso criou em mim, uma visão mais ampla sobre o tema e uma ótica que deve ser observada antes de lançar críticas. Pois a visão simplista de lançar críticas encobre os verdadeiras deficiências da problemática.

Assim como identifiquei preconceito e dificuldades de vida e socialização, tanto na aprendizagem como no desenvolvimento dos seus cotidianos quando estivemos em uma escola estadual localizada na zona rural em que um dos monitores do projeto de extensão havia estudado, foi local de uma roda de discussão acerca do tema da inclusão social, principalmente, noções básicas sobre o tema, dificuldades e quais são as atitudes potencialmente capacitistas. Nessa etapa do projeto, confesso que me senti mais instigado e realizado por finalmente conseguir contribuir compartilhando o conteúdo que absorvi durante todo o primeiro ciclo do projeto.

Muito dessa sensação de “protagonista” dentro do projeto, de fato ficou mais intensa quando nas ações da escola eu pude compartilhar um pouco do que aprendemos ao longo dos ciclos com os professores da educação básica.

Pude perceber que o cenário atual do preconceito com pessoas com deficiência é algo enraizado e que vem desde os primórdios da sociedade e que movimentos que pregam a inclusão são ferramentas de empoderamento para uma parcela da sociedade que nunca teve voz. Torna-se assim, compreensível a revolta que para alguns pode soar como radical. Contudo, para que haja a tentativa real de resolução dos problemas devemos abordar o problema como um todo, considerando todos os componentes desse cenário.

Finalmente pude perceber mais claramente a importância de eu não só ter me inscrito nesse projeto no ano de 2021, mas também de estender minha participação para um ciclo a mais. Ficou mais evidente para mim que eu precisava dar espaço para ouvir a voz de quem por muitos anos foram calados, para poder entender minimamente suas lutas e levantar meus contrapontos sobre a temática, para assim finalmente poder compartilhar esse conhecimento. Acredito que de alguma forma, esse projeto e esse contato com pessoas com deficiência fez com que eu pudesse refletir sob uma ótica em que eu ainda não tinha tentado observar. De alguma forma isso me sensibilizou ainda mais, pois suas histórias de superação e suas conquistas diárias desafiam as noções pré-concebidas que eu poderia ter sobre limitações. Por outro lado, acredito que o estado acaba por formar duas vítimas. Percebi uma grande cobrança para com os professores para que eles ministrem aulas inclusivas quando houverem alunos com variadas deficiências. Porém, será que a estrutura educacional do ensino público no Brasil torna isso possível? Quem será que tem razão nesse debate?

(ALBUQUERQUE, 2023, dados do autor)

A vinheta apresenta uma profunda reflexão trazendo a experiência do autor ao participar do projeto de extensão, especialmente no que diz respeito à sua interação com o influenciador digital Ivan Baron. A narrativa ilustra a influência direta que indivíduos proeminentes nas redes sociais podem ter na disseminação de informações e na conscientização sobre questões relacionadas ao capacitismo.

A exposição às dificuldades enfrentadas por Ivan devido à falta de acessibilidade e ao preconceito destaca a persistência desses desafios mesmo para pessoas notáveis e influentes. Isso ressoa com a ideia de que o preconceito e a falta de acessibilidade são barreiras sociais e estruturais que afetam a vida de pessoas com deficiência (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011).

É relatado sobre a experiência vivida em uma escola estadual na zona rural, local em que um dos monitores do projeto de extensão havia estudado, que trouxe uma visão profunda e pessoal sobre os desafios enfrentados por pessoas com deficiência. Foi o momento em que, foi trazido à tona que houve pela primeira vez a sensação de ser um “protagonista” dentro do projeto, especialmente ao compartilhar o conhecimento adquirido com os professores da educação básica. No entanto, essa experiência também revelou a profundidade do preconceito enraizado contra pessoas com deficiência, um preconceito que permeia a sociedade desde os seus primórdios. (LISBOA, 2020)

Essa sensação de “protagonismo” dentro do projeto, especialmente ao compartilhar o conhecimento adquirido com os professores da educação básica, pode ser relacionado ao modelo tradicional e limitado de educação. Em que, a construção de conhecimento é em sua grande parte relacionado a verbalização vertical desse conhecimento, ocorrendo assim que por muitas vezes outros pilares para tal sejam ignorados e o ato de escutar não parece uma contribuição à altura. (MARQUES, *et al.* 2021)

Vinheta 5: Elucubrar uma experiência

Ao realizarmos perguntas eu percebi que poucos professores as respondiam, chegando no ponto que eu havia me questionado anteriormente. Nem sempre atitudes consideradas capacitistas provenientes de professores tratam-se de ausência de empatia. A falta de capacitação a situações não habituais resulta em atitudes inconformes.

Além de que essas reuniões e rodas de conversa me ensinaram sobre a importância da inclusão social e educacional para pessoas com deficiência. Pude testemunhar como pequenas ações e atitudes inclusivas podem fazer uma grande diferença na vida de alguém. Pois pude presenciar como uma simples palavra de encorajamento, um gesto de apoio pode desencadear um impacto positivo na vida dessas pessoas. Foi nessas interações que eu pude perceber que não é apenas uma responsabilidade coletiva, ou de instituições, mas uma missão individual.

Aprendi que, como nutricionista, minha responsabilidade vai além de fornecer orientações alimentares; devo ser um agente de mudança na sociedade, promovendo a inclusão e ajudando as pessoas com deficiência a alcançarem seu pleno potencial. Além disso, me foi dada a oportunidade de observar a profissão de nutricionista por outra ótica. Como posso ser inclusivo no meu atendimento nutricional? Como posso prescrever dietas possibilitando que pessoas com deficiência possam segui-las? Isso me abriu um leque muito grande para a tão pouco explorada “Nutrição Inclusiva”. Concluo assim, que essa experiência me fez transcender a área acadêmica habitual, me possibilitando a interferir e opinar sobre uma problemática que vai além das grades da minha formação acadêmica.

Durante a elaboração do presente trabalho, em conversa com a minha orientadora, pude perceber mais aprendizados que talvez eu tivesse ignorado, ou simplesmente não tivesse parado para pensar sobre a magnitude desse projeto na minha vida acadêmica. O primeiro ciclo, onde eu considerava que não tinha participado tão ativamente, na verdade talvez tenha sido o ciclo que mais contribui. Pois dei a oportunidade para pessoas que por muitas vezes se sentiam sem voz compartilhar seus problemas. Escutar, aprender também é uma forma de contribuir ativamente para um projeto.

(ALBUQUERQUE, 2023, dados do autor)

Além disso, a vinheta evidencia mais complexidades na promoção da inclusão no contexto educacional, destacando a falta de preparo dos professores para lidar com a diversidade de deficiências, o que remete ao debate sobre a formação e capacitação dos profissionais de educação. (PLETSCH, 2009).

A experiência do autor demonstra que a falta de respostas dos professores às perguntas, não é necessariamente um sinal de falta de empatia ou de uma atitude capacitista, mas pode ser um reflexo da falta de preparo para lidar com situações fora do habitual. Isso realça o ponto que a capacitação adequada dos educadores é crucial para garantir uma resposta eficaz às necessidades dos alunos (PLETSCH, 2009).

No contexto da nutrição, o autor é enfático ao expandir o papel do nutricionista para além de fornecer orientações alimentares, é exposto que o nutricionista deve agir como um agente de mudança na sociedade, promovendo a inclusão e ajudando as pessoas com deficiência a alcançar seu pleno potencial. Isso abre um novo campo de possibilidades para a “Nutrição Inclusiva”, um campo ainda pouco explorado porém com grandes possibilidades. (BAGNI, et al, 2023).

A reflexão final sobre a importância de ouvir as vozes daqueles que foram historicamente marginalizados e a necessidade de compreender suas lutas é um lembrete valioso de que a inclusão vai além da retórica e requer ações concretas e mudanças estruturais. Portanto, a vinheta não apenas busca proporcionar uma visão perspicaz sobre as complexidades da inclusão, mas também ressalta a necessidade de um engajamento contínuo e reflexivo na promoção da equidade e inclusão para pessoas com deficiência (Lei Brasileira de Inclusão, 2015).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi relatada a oportunidade de participar de um projeto de extensão voltado para a educação inclusiva no ensino superior, no Campus da UFCG em Cuité-PB. O projeto intitulado “Bate-Papo Sobre Educação Inclusiva” tratou-se de uma experiência extremamente enriquecedora que permitiu ser observado em primeira mão a importância da inclusão na educação. Através do projeto em questão, pôde ser analisado como a educação inclusiva tem o potencial de transformar a vida dos estudantes, proporcionando-lhes oportunidades iguais para aprender e crescer. Isso abre os horizontes do corpo acadêmico para a implementação de ações que visem a permanência dos ingressos no ensino superior.

Essa experiência alargou as perspectivas dentro da formação em saúde, e trouxe à luz para a sociedade um segmento inovador e ainda pouco explorado dentro deste campo, a nutrição inclusiva. Além disso, trouxe diversos benefícios como a identificação dos desafios à inclusão de pessoas com deficiência no âmbito acadêmico, dando chance de reconhecer as problemáticas pelos diferentes sujeitos envolvidos, inclusive sob a perspectiva institucional. Os temas do preconceito e reconhecimento dos direitos auxiliaram a identificar como as mudanças são necessárias e significativas para todos os envolvidos.

No entanto, sem esforços para amplificar a voz, frequentemente silenciada, das pessoas com deficiência, qualquer proposta se torna inócua. Faz-se necessário notar os desafios na implementação da educação inclusiva. A falta de recursos e treinamento adequado pode dificultar a inclusão efetiva. É crucial que as instituições de ensino superior se comprometam com a educação inclusiva e invistam nos recursos necessários para torná-la uma realidade. A educação inclusiva, além de beneficiar os alunos com deficiência, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, reforçando a importância do compromisso de todos com essa causa

Desta feita, chegamos a refletir que a inclusão é um tema importante, transformador e refere-se ao ajuste dos sistemas sociais para o respeito à diversidade humana, sendo necessário a colaboração ativa das pessoas e instituições, projetos como esse auxiliam na formação de profissionais mais humanizados e atentos à equidade.

REFERÊNCIAS

- BAGNI U. V. *et al.* **Tornar a educação inclusiva**. UNESCO, 2023
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 20072.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. [Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais](#)
- CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- Censo da Educação Superior MEC/INEP** (BRASIL, 2012). A referência exata para este documento não foi encontrada. **Censo da Educação Superior MEC/INEP** (BRASIL, 2012). A referência exata para este documento não foi encontrada.
- COURTINE, Jean-Jacques. História do corpo - Vol. 3: As mutações do olhar. O século XX: Volume 3. 4ª edição. [Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011](#)
- EYLER, J.; GILES, D. E. **Where's the Learning in Service-Learning?** San Francisco: Jossey-Bass, 1999.
- FERIOTTI, Maria de Lourdes. **Equipe multiprofissional, transdisciplinaridade e saúde: desafios do nosso tempo**. Vínculo, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 179-190, dez. 2009.
- MARTINS; SILVA. **Educação inclusiva: importância, princípios e desafios**. TOTVS, 20221.
- MCLOUGHLIN, B. C. *et. al.* **Functional and cognitive outcomes after COVID-19 delirium**. European Geriatric Medicine, 2020
- OHANNESSIAN, R.; DUONG, T.A.; ODONE, A. (2020). **Global Telemedicine Implementation and Integration within Health Systems to Fight the COVID-19 Pandemic: A Call to Action**. [JMIR Public Health Surveill, 6, e18810](#)
- ONU. **Declaração de Salamanca** (ONU, 1994).
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World health statistics 2011**. Genebra, 2011.
- PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educ. rev., Curitiba , n. 33, p. 1-1, 2009 . Disponível em: <1>. Acesso em: 03 out. 2023.

RIBEIRO, Mayra Rodrigues Fernandes, *et al.* **A contribuição da extensão universitária na formação acadêmica: desafios e perspectivas.** Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: o paradigma do século 21.** 2. ed. São Paulo: Áurea Editora, 2003.

TINTO, V. (2005). **Reflexões sobre retenção e persistência de estudantes: movendo-se para uma teoria de ação institucional em nome do sucesso do aluno.**

TOPOL, E. (2019). **Deep Medicine: How Artificial Intelligence Can Make Healthcare Human Again.** Basic Books, Hachette, UK

UFCG. Colegiado pleno. RESOLUÇÃO N° 11/2016 Cria o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), como Órgão Suplementar vinculado à Reitoria, e dá outras providências. http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_12112016.pdf

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem; Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, Tailândia, 5-9 março 1990.

UNESCO. **Declaração de Educação para Todos** (UNESCO, 1990).